

Os Sentidos Utópicos no Antropoceno: comunidades e micropolíticas de resistência

Jeniffer Hübner¹
José Marcos Froehlich¹

¹Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

Resumo

Este texto analisa atualizações do sentido de utopia no contexto do Antropoceno com base nas reflexões sobre micropolíticas de resistência propostas por Félix Guattari. O objetivo é lançar luz às diferenças entre as utopias contemporâneas e modernas, anteriores à crise das utopias do fim do século XX, caracterizadas pela busca por mudanças na base estrutural socioeconômica e no sistema político. Compreende-se utopia como uma micropolítica de resistência que cria modos de ser e de estar no mundo, como desejo de produzir a vida e de resistência às formas de dominação e à captura dos processos de subjetivação, sem projetar a construção de um mundo ideal, mas de acompanhar como emergem, junto aos sujeitos, novos campos e a criação de outros mundos possíveis. Nesse sentido, propõe-se a noção de utopia heurística, capaz de incidir sobre a educação do desejo, ensejando práticas sociais que propiciem experienciar e aprender sobre as possibilidades de vivências alternativas e futuros sustentáveis.

Palavras-chave: Utopia. Antropoceno. Comunidades. Micropolíticas de Resistência.

Utopian Senses in the Anthropocene: communities and micropolitics of resistance

Abstract

This text analyzes updates of the sense of utopia in the context of the Anthropocene based on reflections on resistance micropolitics proposed by Félix Guattari. The objective is throw light on the differences between contemporary and modern utopias, before the crisis of utopias at the end of the 20th century, characterized by the search for changes in the socioeconomic structural base and in the political system. Utopia is understood as a micropolitics of resistance that creates ways of being in the world, as a desire to produce life and resistance to forms of domination and the capture of subjectivation processes, without projecting the construction of an ideal world, but of follow how new fields emerge, along with the subjects, and the creation of other possible worlds. The notion of heuristic utopia is proposed, capable of affecting the education of desire, enabling social practices that provide experiencing and learning about the possibilities of alternative experiences and sustainable futures.

Keywords: Utopia. Anthropocene. Communities. Micropolitics of Resistance.

Recebido em: 14/04/2023

Aceito em: 03/07/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

A imaginação utópica tem sido usada para contrastar sistemas políticos vigentes e alternativas de existência social. A ascensão da utopia a uma possibilidade concreta começou no século XIX e se difundiu no século XX por meio dos movimentos revolucionários pautados por ideais socialistas, comunistas marxistas e anarquistas. Nesse período, ampliaram-se as possibilidades de colocar em prática os ideais utópicos, sobretudo no que diz respeito à busca por estilos de vida não hegemônicos mobilizados por experiências comunitárias e coletivas, destacando-se o movimento hippie e contracultural no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970. Entretanto, a partir do final do século XX, as utopias modernas entraram em uma crise de confiança devido a sucessivos acontecimentos, principalmente o desmantelamento do Estado comunista soviético, em 1991. Após esse período, houve um deslocamento das questões centrais colocadas pelos utopistas. O imaginário utópico, não mais pautado exclusivamente na mudança da estrutura sociopolítica, modificou-se, passando a enfatizar revoluções possíveis naquilo que tange às dimensões práticas, do cotidiano e do desejo (STEIN, 1993).

O impulso utópico é direcionado à resolução de problemas sociopolíticos e parte de um desejo de remover a dominação e o mal-estar social. Como será abordado mais adiante, o seu alcance pressupõe uma remoção; em More (1999) é a propriedade privada e o dinheiro, e, em utopias posteriores, outras preocupações são adicionadas. Em Bloch (2005) e em Mannheim (2016), há uma expansão do sentido de utopia que tende a naturalizá-la e a pressupor que está enraizada na natureza humana. Contudo, tentativas de realizar a utopia não são contínuas na história e nem subprodutos da modernidade ocidental, por isso cabe limitá-las para compreender o que há de peculiar e excêntrico na produção imaginativa das quais resultam. Segundo Jameson (2021), é preciso compreender as condições de possibilidade que ensejaram a emergência de uma utopia, pois a sua representação é derivada de um debate situado em dado contexto sociopolítico. Para o autor, a utopia retornou ao campo das lutas discursivas atualmente, abrindo múltiplas concepções de revolução e luta social, mobilizando pessoas e coletivos interessados nas possibilidades de alternativas ao sistema capitalista. Dessa forma, a partir da obra *"Arqueologias do futuro: o desejo chamado Utopia e outras ficções científicas"* (JAMESON, 2021), analisa-se o Antropoceno como matéria-prima que fornece atualizações para essa expressão na atualidade.

O Antropoceno, definido como uma catástrofe climática por Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 113), caracteriza-se pela aceleração das agressões à biosfera e do impacto negativo da atividade humana sobre a biodiversidade. Esse período mais recente

do planeta se tornou reconhecido e difundido somente no século XXI. Contudo, remonta originalmente a 1873, quando o geólogo italiano Antonio Stoppani se referiu, pela primeira vez, à influência dos humanos sobre o ambiente como uma “[...] nova força telúrica que pode ser comparada, em força e universalidade, às maiores forças da terra” (CRUTZEN, 2002, p. 23). Veiga (2017, p. 245) reflete sobre o contexto do Antropoceno considerando o desenvolvimento sustentável como a grande utopia contemporânea¹. Para o autor, a Agenda 2030, criada em 2015, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, “pode ser entendida como mais um capítulo desse processo de afirmação da recente utopia dos direitos humanos”. Segundo esse autor, o fenômeno dos direitos humanos era considerado como a principal utopia; contudo, atualmente a utopia se apresenta, sobretudo, ao questionar o impacto das nossas ações nas gerações futuras, pensando sobre o que fazemos à luz do que deveríamos fazer (VEIGA, 2017). Assim, conforme aponta Veiga (2017, p. 233), “[...] a primeira utopia do Antropoceno” diz respeito ao desenvolvimento sustentável como um direito humano.

O termo ainda em disputa não foi formalizado pela comunidade científica, demonstrando que, sobretudo, é um momento de entender quais fatores sociais influenciam as mudanças climáticas antropogênicas e de atentar para as suas consequências. Haraway (2016) expõe que o Antropoceno, como categoria temporal, está implicado no mito da salvação e na representação do apocalipse. Assim, propõe um sentido para esse período do planeta que não se fundamente no salvacionismo e no apocalipse, e que se contraponha ao pressuposto do fim do mundo. A autora indica a relevância de pensar novas formas de compor com o mundo e de retomar o controle sobre as narrativas a partir de outras visões e perspectivas sobre as mudanças climáticas, que não produzam o silenciamento de povos não modernos, incluindo as agências não humanas. Nesse sentido, considera-se que as práticas de desenvolvimento sustentável se destacam como um dos fatores preponderantes à análise das atuais mudanças socioambientais (HARAWAY, 2016; HARAWAY *et al.*, 2016; HÜBNER; FROEHLICH, 2021).

O Antropoceno é um período não somente geológico, mas também histórico e cultural, e pode-se afirmar que o modo de produção do sistema capitalista contemporâneo contribui, em grande medida, para a aceleração do impacto da atividade humana sobre a biodiversidade (VEIGA, 2017; TORRES, 2017). A perspectiva das micropolíticas de resistência parte da compreensão de que o capitalismo contemporâneo possui uma relação dupla de opressão, sobre a produção da materialidade e a produção de subjetividades, homogeneizando formas de ser e de estar no mundo, de perceber e de sentir. Nessa circunstância, o capitalismo dilata-se para além da esfera da economia, movendo-se em qualquer instância, incorporando as relações de produção subjetiva às relações de produção econômica. Essas novas modalidades de produção do capital passam a instigar o desejo, atuando como um dispositivo de poder que modela individualidades, comportamentos e percepções de mundo, impossibilitando singularizações (GUATTARI; ROLNIK, 1986; DELEUZE; GUATTARI, 1995; 1996).

¹ Considera-se que o discurso do desenvolvimento sustentável é uma das expressões do discurso do desenvolvimento, compreendendo a noção de discurso no sentido proposto por Foucault (1966; 2000).

Em vista disso, a partir da perspectiva das micropolíticas de resistência frente à captura dos processos de subjetivação² por relações capitalistas, busca-se identificar as atualizações que se pode dar ao termo utópico no século XXI, num contexto de preocupação com os custos sociais e ecológicos do Antropoceno. Mediante cruzamentos entre Fredric Jameson e Félix Guattari, pretende-se compreender como os sentidos utópicos no Antropoceno estão vinculados à produção de novos processos de subjetivação que se ancoram em uma dimensão micropolítica; e possuem um sentido inventivo e criativo de novas práticas, sensibilidades, corporalidades, temporalidades e territorialidades que buscam se afastar dos modelos dominantes de subjetivação. Em primeiro plano, o artigo apresenta o contexto sócio-histórico implicado nas atualizações dos sentidos atribuídos ao termo, para assim contrastar as diferenças entre as utopias contemporâneas e as utopias modernas. Em seguida, explora as discussões da obra de Jameson que contribuem para esta problemática, buscando cruzar elementos com a perspectiva das micropolíticas de resistência de Guattari (GUATTARI; NEGRI, 2017; JAMESON, 2021).

2 Da Imaginação Utópica às Utopias Modernas

Denso e polissêmico, utopia é um termo que desde o século XV remete à contestação da ordem vigente. Surge com a crítica social e política que suscita uma nova ordem e, por isso, revela um duplo sentido: o descontentamento com uma época e o sonho de outro mundo possível. A ilha Utopia de More, situada em lugar nenhum, é apresentada como um território no qual seus habitantes vivem de modo ideal (MORE, 1999)³. Ironicamente uma vida melhor situada em um lugar que não existe, uma utopia equivalente a Erewhon de Samuel Butler, obra publicada originalmente em 1872, anonimamente, Now-here, no-where, aqui e agora e nenhum lugar. Contudo, a Utopia de More recebe influência da imaginação utópica de Platão, que descreve uma Polis ideal em *A República*, um dos primeiros projetos apresentados sob a forma de sistema político, no século IV a.C. (PETITFILS, 1977). Dessa forma, os sentidos utópicos, desde as primeiras representações literárias registradas, estão atravessados por uma preocupação de encontrar caminhos para uma vida melhor em comunidade, baseada em uma nova estrutura política e social (COELHO, 1985).

Na Utopia de More existem eleições, o povo elege os administradores, que elegem outros superiores que, então, indicam o governante máximo. O trabalho é uma constante preocupação dos projetos utópicos, e, na ilha, todos trabalham para que possam trabalhar menos, sendo prevista uma jornada de 6 horas, organizada a partir do princípio da alternância das funções e obrigatoriedade do trabalho na agricultura. More descreve detalhadamente o cotidiano dos utopianos, indicando que não eram consumidores ávidos, assim produziam apenas o essencial. A estrutura da família utopiana é patriarcal e a vida comunitária é estimulada por meio de refeições em grupos; entretanto, a inexistência de locais de lazer demonstra as regras morais e éticas de Utopia, quase como uma sociedade

² Em geral, os processos de subjetivação não pertencem ao nível individual, são plurais e coletivos. Então, referem-se a subjetividades coletivas que são afetadas por formas específicas de agir, sentir, desejar e perceber.

³ Além de More, neste período destaca-se a obra utópica Cidade do Sol de Tommaso Campanella.

de controle, em que todos vigiam a todos (MORE, 1999; COELHO, 1985)⁴. A partir de More, a expressão utópica toma variadas formas no debate filosófico e político, bem como na literatura. As discussões que se seguem continuam inspiradas, em alguma medida, no ideal da cidade igualitária, situando-a na fronteira entre o real e o imaginário.

Com o impulso da Revolução Francesa, no fim do século XVIII, a utopia deixa de ser vista apenas como uma discussão filosófica e gênero literário, para ser considerada uma possibilidade concreta, desde que exista o engajamento das classes, grupos e indivíduos. No século XIX, toma a forma de um movimento revolucionário por meio das ideias socialistas, comunistas marxistas e anarquistas que evidenciaram que “[...] a utopia não é o dado, o existente, o fornecido, mas um projeto humano resultante de relações humanas” (COELHO, 1985, p. 72). Nesse sentido, um dos principais traços das experiências utópicas desde o século XIX é a intenção deliberada e, por vezes, organizada de criar experiências comunitárias que possibilitem colocar em prática outros estilos de vida. Um exemplo da tentativa de concretizar uma experiência utópica durante o século XIX no Brasil, foi a Colônia Cecília, fundada em 1890. Criada em Palmeira, no Paraná, no contexto das imigrações europeias ao país, foi uma comunidade experimental baseada em ideais anarquistas, princípios de autogestão e do amor livre. Idealizada por um grupo libertário mobilizado por Giovanni Rossi, engenheiro agrônomo e militante anarquista italiano, membro da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), conhecida como I Internacional Socialista. A Colônia Cecília surge com a tentativa de implementar o modo de vida libertário em um espaço rural e foi formada em grande parte por famílias operárias vindas da Itália. Indica-se que a dificuldade em garantir a subsistência a partir da produção agrícola levou à dissolução da comunidade após quatro anos (LUZ; IACHTECHEN, 2018)⁵.

De acordo com Albuquerque (1999), as noções de comunidade e sociedade são fontes de representações simbólicas que povoam o imaginário moderno, indicam configurações sociais contrastantes e que projetam imagens sobre os agrupamentos humanos na dinâmica histórica. O simbolismo da comunidade representaria um imaginário arcaico, a solidariedade mecânica e a sua antítese aponta para a fragmentação do trabalho e as relações humanas impessoais, “[...] em ambos, contudo, o par conceitual desvenda os limites da ordem estabelecida e impulsiona utopias redentoras” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 53). Nos séculos XIX e XX, o sentido de comunidade vinculou-se às variadas formas de relacionamento caracterizados por intimidade, continuidade, conexão emocional e engajamento moral. Contudo, segundo Bauman (2003, p. 37-38), no decorrer do capitalismo moderno, algumas tendências modificaram os sentidos atribuídos a essa noção. No primeiro período, havia uma tendência que visava substituir o “entendimento natural” da comunidade de outrora, regida pelo ritmo da natureza, da rotina regulada por tradições e pelo trabalho na agricultura, da força coercitiva das estações climáticas e da luta pela sobrevivência. No entanto, a expansão do modo de vida urbano-industrial causou a perda

⁴ O sexo antes do casamento era punido, assim como o adultério; já o divórcio era permitido em condições especiais; contudo, não havia um sistema de leis, sendo a regra geral especificar uma sentença para cada caso. Além disso, havia liberdade religiosa.

⁵ Um aspecto controverso, apontado por Coelho (1985, p. 83), é que as forças policiais governamentais teriam expulsado os moradores da Colônia. Além disso, indica a intolerância da sociedade brasileira, “[...] através dos grupos no poder, diante dessas tentativas de organização de um outro modo de vida”.

dos traços culturais pré-modernos, baseados em formas de relacionamento caracterizados pela conexão face a face e pertencimento territorial comunitário (ALBUQUERQUE, 1999; BAUMAN, 2003).

O século XX se iniciou sob a efervescência das utopias. Nas primeiras décadas, houve uma difusão do comunismo marxista, por meio da criação de partidos políticos e movimentos revolucionários que buscavam colocar em prática as ideias communistas marxistas, destacando-se a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia⁶. Na segunda metade do século XX, no contexto após a Segunda Guerra Mundial, com a Guerra Fria, corrida armamentista e atômica, e as ditaduras militares na América Latina, de forma sucessiva, os ideais utópicos de construção de uma alternativa global ao capitalismo passaram a sofrer críticas e reveses. Apesar disso, nas décadas de 1960 e 1970, o movimento hippie e várias experiências contraculturais no Brasil, passaram a reivindicar os valores e simbolismos comunitários, trazendo à tona as discussões sobre o pacifismo, o amor livre, o anticonsumismo, a frugalidade, a conservação ambiental e ecológica. A contracultura, caracterizada como um surto de rebeldia, foi um projeto composicionista pautado na busca por outros padrões de comportamento e de criação de novas formas de vida, em que o comunitarismo era um dos pilares do imaginário utópico (ALBUQUERQUE, 1999; FARIA, 2013).

Segundo Ernildo Stein (1993), com a queda do Muro de Berlim em 1989, e o fim da União Soviética em 1991, o princípio esperança foi abalado, instaurando-se um luto e um pessimismo numa geração da esquerda que se tornou “Órfã de utopia”. Nesse contexto, emergiu uma crise complexa do ideal emancipatório, com reflexos políticos e efeitos humanos nos indivíduos que postulavam esses ideais, e uma busca por vias de como elaborar positivamente esse luto em meio ao cenário de manutenção e de aprofundamento das desigualdades sociais (ALBUQUERQUE, 1999). A melancolia da esquerda também esteve relacionada a um paradigma filosófico, pois suas utopias (socialistas e communistas marxistas) possuíam pressupostos filosóficos e políticos vinculados às concepções de Estado, liberdade e dominação. Segundo Stein (1993), a perspectiva hegeliano-marxista atuava, em certa medida, como o neoliberalismo atualmente. “Os ideais utópicos foram desencantados pela frustração dos projetos socialistas [...]”, gerando uma crise de subjetividade e impactando de maneira negativa em uma geração que se viu frente ao desafio de repensar tudo novamente (STEIN, 1993, p. 65-66).

Ainda segundo Stein (1993, p. 34), a cultura do final do século XX tem três elementos característicos e predominantes: 1) a individualização da experiência estética com a supressão do mundo vivido no qual ela se dava; 2) a desvinculação dos processos normativos do sujeito; e 3) o esvaziamento do trabalho como um valor biográfico. Tais elementos estão vinculados à produção midiática, à inclusão da cultura na esfera econômica e à diminuição da importância do valor biográfico do trabalho; nesse sentido, aponta a relevância da procura por outras formas de apoio à existência e modelos para a autorrealização. Segundo o filósofo, a busca de alternativas de existência social tem diante de si o desafio das utopias e sugere algumas das suas características históricas para avaliar em que medida segue sendo um desafio. Stein (1993) comenta que o que está em

⁶ Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, cabe citar a Revolução Chinesa, em 1949, e a Cubana, em 1959.

jogo é uma concepção teórico-filosófica de liberdade que possa recuperar o enraizamento e indica a fuga de estilos de vida pré-fabricados como uma forma de recuperar o sentido da vida e mover-se para a autorrealização. A partir disso, comprehende que a comunidade surge como um espaço utópico com novas formas de compromisso, eticidade e modos de reconhecimento intersubjetivo. Nesse sentido, também Albuquerque (1999, p. 51-52) aponta que, no contexto mais recente do capitalismo, com o desmantelamento dos laços comunitários e de redes de parentesco, os problemas sociais e os custos humanos resultantes da modernidade se tornaram mais explícitos, possibilitando um efeito *revival* no social, em que “[...] a imagem da comunidade emergiu, inspirando utopias”.

3 Utopias do Antropoceno

No fim do século XX, após as sucessivas desilusões com os projetos socialistas-comunistas, houve um deslocamento das questões centrais colocadas pelos utopistas. A crise da exclusividade da utopia política alterou os posicionamentos em relação ao objetivo final da utopia (STEIN, 1993). Como indicou Coelho (1985, p. 89), a partir do final do século XX, o imaginário utópico tornou-se outro, não mais relacionado unicamente ao que sempre se buscava nas utopias, “[...] o movimento hippie já alertava sobre isso desde os anos 60”. O autor mencionou uma descentralização da importância atribuída “[...] aos aspectos econômicos e político-sociais das condições de existência [...]”, e uma “[...] maior ênfase àqueles domínios da vida abrangidos por Eros” (COELHO, 1985, p. 89). Dessa forma, comprehende-se que houve uma abertura para emergirem outras concepções do termo utopia, vinculadas ao princípio da ação, do desejo e do prazer e à valorização da dimensão cotidiana e relacional da vida como principal cenário para concretizar transformações existenciais. No contexto neoliberal, desde os anos de 1980, os movimentos emancipatórios abriram espaços para novas subjetividades coletivas, grupos microscópicos e devires minoritários, fornecendo abrigo e novas vias de construção de laços de afetividade, solidariedade e união entre os indivíduos (ALBUQUERQUE, 1999). Além disso, a cultura alternativa, como herdeira da contracultura, apareceu dispersa através de variados temas, valores e atributos que remetem ao simbolismo comunitário (WEBER; FERRAZ, 2016; FROEHLICH; MEDEIROS, 2020). Portanto, no âmbito do capitalismo contemporâneo, as utopias apareceram sob outras formas, tendo em vista que a multiplicidade de sua expressão se assegura no enfrentamento aos poderes e saberes estabelecidos, transpondo a inércia dos padrões das estratificações sociais⁷ (GUATTARI; ROLNIK, 1986; GUATTARI; NEGRI, 2017).

O momento histórico atual é atravessado por temas que ensejam processos de atualização dos sentidos dados ao termo utópico. Para Jameson (2021), em certa medida, a globalização prenunciou o fim das utopias modernas, que parecem resultar da modernidade ocidental mas são intermitentes. Por isso, cabe entender as condições de possibilidade e as circunstâncias específicas em que a composição e o exercício das práticas utópicas tornam-se possíveis. Para Jameson (2021), a utopia retornou ao campo das lutas discursivas

⁷ A estratificação é uma modelagem da multiplicidade. O capitalismo, que se diz portador da multiplicidade, promove formas de estratificação e de captura do desejo, da multiplicidade e da diferença.

atualmente. A geração pós-globalização da nova esquerda utilizou resquícios da antiga, contudo sua “micropolítica abraçou a Diferença como um lema” (JAMESON, 2021, p. 13). Uma esquerda antiautoritária que incorporou as críticas anarquistas ao marxismo e reconheceu a relação entre o político e o pessoal para recuperar a vitalidade da temática utópica. A renovação contemporânea das utopias, junto aos grupos que têm adotado este lema, abriu uma multiplicidade no campo discursivo das concepções tradicionais de revolução e luta social.⁸ Dentre esses grupos utópicos, Jameson (2021, p. 14) elenca “[...] a Nova Esquerda, ao lado da ala radical da social-democracia, de minorias culturais do Primeiro Mundo, de camponeses e sem-terra proletarizados ou de massas estruturalmente não empregáveis do Terceiro Mundo”. Esses grupos interessados em alternativas ao sistema capitalista contemporâneo se esforçam para combater a suposta universalidade invencível do capitalismo com reflexões representacionais sobre a Diferença, a alteridade e as possibilidades de sistemas sociais radicalmente diferentes.

As alternativas sociais radicais que os movimentos (micro)políticos estão tentando reinventar, configuram atualmente a retomada da utopia no campo das lutas discursivas, remetendo a uma expansão da imaginação utópica capaz de experienciar outros mundos possíveis e afastar-se da limitação sensorial inculcada pelo próprio modo de produção. Nessa direção, conduzem a um deslocamento da discussão utópica para o âmbito da representação, entretanto com a tradicional pergunta: é possível criar uma cultura crítica e subversiva em meio a uma constante reapropriação e cooptação do sistema social capitalista? (JAMESON, 2021). Nesse sentido, as micropolíticas de resistência empenham-se em responder a questionamentos semelhantes: é possível criar e praticar outras formas de perceber o mundo, suscitando a luta por autonomia dos próprios processos cognitivos e perceptivos, afastando-se das perspectivas de mundo estratificadas? (GUATTARI; ROLNIK, 1986; GUATTARI; NEGRI, 2017).

Como indica Jameson (2021, p. 337), “[...] o problema mais imediato reside na diferenciação das Utopias mais novas e de suas predecessoras modernistas”. O cerne desta discussão relaciona-se a uma disputa de concepções relacionadas à dimensão da temporalidade e as noções de revolução. De um lado, há no anarquismo uma valorização da dimensão cotidiana da vida, “[...] da própria vida cotidiana como revolta e revolução permanente” (JAMESON, 2021, p. 338). Em contrapartida, no comunismo marxista, há um projeto coletivo com o objetivo de alcançar mudanças em nível macropolítico e estrutural em uma sociedade. O anarquismo possui estratégias de luta anticapitalistas que enfatizam a autonomia em relação ao poder estatal, e que parecem valorizar a vida no presente como um meio de realizar a revolução. Portanto, não se trata de uma concepção de luta social em larga escala que almeja o dia específico da ruptura com o sistema capitalista, como propôs a esquerda comunista marxista histórica. Os meios práticos da revolução, para o anarquismo, referem-se à produção de zonas e experiências utópicas que visam ir além do alcance estatal. Para Jameson (2021), não se trata de resolver essa antinomia que ilustra a influência dos movimentos anarquista e marxista

⁸ A multiplicidade luta contra uma única maneira de ser, suscitando outras maneiras de viver para fugir da que se pretende única. Dessa forma, a definição da agência está vinculada à compreensão de que a multiplicidade está sempre estratificada e são as estruturas sociais que a organizam. Portanto, cabe à multiplicidade reivindicar seu direito de produção da vida a partir do desejo de se deslocar para além dos limites impostos pela estratificação.

nos grupos utópicos contemporâneos, mas traçar novas versões dessas tensões e outras relações entre essas perspectivas.

Após a crise das utopias, segundo Guattari e Negri (2017, p. 78), a revolução continuou e se constituiu das chamadas lutas democráticas, que reivindicaram como condições da revolução, a paz e a pauta antinuclear. Nesse sentido, por analogia, compreende-se que as experiências utópicas atualmente estão vinculadas às lutas de combate às mudanças climáticas e antidestruição da biosfera humana. Cabe captar os sentidos da utopia no contexto das transformações sociais contemporâneas à luz da análise das “[...] lutas moleculares de liberação dirigidas a objetivos ao mesmo tempo imediatos e de longa duração, locais, cotidianos, triviais, e, não obstante, engajados com o futuro da humanidade” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. XVI). A partir do exposto, pode-se apontar que as práticas de sentido utópico atualmente se referem à liberação de novas singularidades como meio e conteúdo da mudança social. As lutas contra a exploração se tornam lutas moleculares de liberação e de criação de devires subjetivos, integrados aos processos de produção de outros anseios e necessidades. Dessa forma, novos modos de subjetivação e de criação de formas de organização que propiciem a emancipação do trabalho e o exercício de liberdade podem ser engendrados.

Além disso, Guattari e Negri (2017) incitam a pensar em uma guerra que não é nitidamente percebida: a devastação do planeta. Nesse contexto, segundo eles, cabe “[...] combinar a crítica da ciência e a contestação da exploração. Por exemplo, combinar as pesquisas sobre energias alternativas e a reconstrução prática da comunidade produtiva” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 78). Nesse âmbito, há os antagonismos molares, como as lutas pela emancipação do trabalho e contra a exploração, e as proliferações moleculares, que se referem à transformação das relações dos indivíduos e das coletividades com o mundo material e dos signos através da expressão da capacidade de agência e singularização. Os nexos entre a renovação dos sentidos utópicos no Antropoceno e as micropolíticas de resistência podem ser percebidos nas potencialidades destas de “inventar novos territórios de desejo e de ação política”, ao voltar-se para a intencionalidade coletiva da prática, às fontes de esperança, ao “ser para” e menos ao “ser contra” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 122). Dessa forma, os devires minoritários autoproduzem o processo de liberação e constituem uma nova cooperação produtiva, com produção de bens, comunicação, solidariedade social e de universos estéticos, abrindo possibilidades de engajamento das forças molares e estatais com as novas forças subjetivas e moleculares.

A busca por alternativas à exploração capitalista trouxe um novo tipo de organização comunitária das forças sociais produtivas. “Lutas contra o processo de trabalho e seus modos de sobrecodificação do tempo, lutas por um outro habitat e uma outra maneira de conceber a sociabilidade doméstica, a vizinhança, a cooperação” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 77). Para esses autores, as transformações que afetam a sociedade exigem um novo tipo de organização que se construa sobre a autovalorização e a autoprodução de singularidades. O motor essencial da transformação está na “[...] reconquista do valor do testemunho do engajamento pessoal, da resistência singular e da solidariedade elementar” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 94). Para se constituir micropolíticas de resistência, é necessário reinventar as formas de militância a partir do método aberto de organização e de reflexão crítica, assumindo “[...] a relação contraditória entre singularidade e

sociedade capitalista, entre ética e política” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 94). Nesses termos, podem ocorrer profundas mudanças no contexto proposicional, pautado por uma nova maneira de vislumbrar as coisas e uma redefinição de direitos humanos para garantir as construções comunitárias e a emergência de novas organizações.

A multiplicidade é a principal característica das utopias que seguem após a aparente extinção das correntes clássicas, tornando-se um tema central para a construção de soluções envolvidas nestes novos projetos utópicos, mais reflexivos e diversificados⁹. Assim, não há uma Utopia, mas uma multiplicidade de utopias, que não se pretendem únicas, da mesma forma que não há um único modelo utópico para viver em comunidade.

O utópico se torna, pois, não o comprometimento com uma maquinaria ou com uma receita específica, mas, antes, o comprometimento de imaginar possíveis Utopias em sua maior variedade possível de formas. O Utópico não é mais a invenção e a defesa de um plano, mas a história de todas as discussões sobre como a utopia deveria, para começar, ser construída. Já não é mais a exibição de um constructo Utópico realizado, mas a história de sua produção e o processo de construção. (JAMESON, 2021, p. 343)

Segundo Jameson (2021), os sentidos utópicos tendem a registrar a realidade social dada, captando tendências fundamentais e problemas, construindo imagens representacionais. Esse aparato registrador da utopia pode combinar e bricolar elementos positivos de um passado e de um futuro, em um processo de interação de elementos, por vezes, contraditórios¹⁰. Dessa maneira, indica-se que, atualmente, os sentidos utópicos são traduzidos e atualizados, através deste aparato registrador, em variadas representações, culturais ou ideológicas, que possam ser mediadas e colocadas em prática na situação presente. Para pensar uma definição de utopia que abarque áreas completas de conhecimento no inventário de sentido do termo, o autor estabeleceu dois tipos distintos de utopia, desde a sua origem em More, o que é chamado por ele de linhas de descendência. A primeira linha se refere à prática política revolucionária que propõe criar novas sociedades e materializar experiências utópicas, é sistêmica e inclui escritos literários e as comunidades intencionais. A segunda linha abrange o impulso utópico, situado na parte do espectro caracterizado pelo autor como obscuro, da teoria política, das reformas liberais e fantasias ilusórias ou ideológicas. No entanto, cabe a esse impulso utópico compreender os distintos níveis do conteúdo utópico, do corpo, do tempo e da coletividade, em que a fonte da alteridade e da almejada Diferença, sobretudo, ancora-se na autonomia, na autossuficiência e na descolonização da vida cotidiana, evidenciando a esfera do cotidiano como o território por excelência da utopia (BARTHES, 1971, p. 23; TÓTORA, 2020; JAMESON, 2021).

A partir de Jameson (2021), pode-se considerar comunidades como experimentações utópicas que produzem respostas à crise do Antropoceno, combinando a consciência de um problema social com práticas inventivas para respondê-lo. A contradição entre segurança e liberdade é abordada por Bauman (2003) como o cerne da discussão atual sobre

⁹ Indica-se que, em certo sentido, as utopias feministas dos anos 1960 e 1970 foram as últimas utopias tradicionais (JAMESON, 2021, p. 342).

¹⁰ Um exemplo disso são as combinações imaginárias de distintos modos de produção, comuns às sociedades construídas em textos utópicos, sobretudo, no que diz respeito aos modos de produção pré-capitalistas (JAMESON, 2021, p. 63).

comunidade, tendo em vista que o contexto de origem das comunidades pré-modernas se diferencia do contemporâneo. Por isso, o significado da vida comunitária também se distingue, pressupondo que atualmente os sentidos mobilizados para sustentar os estilos de vida comunitários carecem ser investigados. Nessa circunstância, a comunidade como paraíso perdido, lugar de sonho e segurança é contrastada com uma possível perda de liberdade e individualidade. A própria palavra aparece carregada de um sentido de segurança e de “[...] um tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p. 9). Nesse âmbito, existe uma tradição utópica não homogênea, mas plural e multiforme, em que a intenção de criar uma comunidade ideal serve para acolher a Diferença e abrir espaço para a multiplicidade.

Assim, a Utopia concentra atualmente seu sentido na multiplicidade e no pluralismo, na capacidade imaginativa de pensar variadas utopias. Pontua-se que as utopias contemporâneas são respostas à convicção da universalidade do sistema capitalista e da suposta impossibilidade de alternativas de existência social. Como expõe Jameson (2021, p. 359), “[...] qual seria, hoje, a função de uma entidade tão ambígua quanto a Utopia, se não a de prever possibilidades políticas e empíricas?”. Para o autor, há uma nova estratégia discursiva da qual surgem as utopias contemporâneas que se configuram a partir de uma ruptura formal que desempenha um papel político que ultrapassa a mera reprodução ideológica. Esta ruptura, que caracteriza as novas utopias, defronta-se com os desafios da concretização prático-política, de como satisfazer (ou educar) o desejo utópico, instigando a produção de descontinuidades e expandindo a noção de conteúdo utópico, mediante experimentações existenciais que incidem sobre a construção de futuros possíveis. Esse desafio da capacidade de materialização da utopia no cotidiano ou educação do desejo utópico, também pode ser chamado de utopia heurística (BINA; INCH; PEREIRA, 2020), compreendendo desejo à luz de Deleuze e Guattari (1996) e da análise dos anseios utópicos de Jameson (2021).

Em Deleuze e Guattari (1995; 1996), o desejo é concebido não como falta de algo na existência, mas como potência viva de criar a si; por isso, o desejo produz realidade por meio do agenciamento, cria a subjetividade e o sujeito. Portanto, a subjetividade está vinculada ao plano do desejo, porém não se situa apenas no indivíduo, é um processo político que pode estabelecer conexões que condicionam e sustentam produções coletivas. A reflexão em torno da implementação das práticas utópicas se amplia na concepção de desejo como produção do real, pois enfoca não apenas a negação de uma ordem existente, mas buscar viabilizar meios concretos para pensar algo novo que se direcione de fato à satisfação do desejo utópico. O desejo como possibilidade de criação de novos processos de subjetivação, acresce camadas à compreensão dos sentidos da utopia enquanto desejo de produzir a vida e de resistência às formas de dominação, por meio da criação de outros modos de ser e de estar no mundo¹¹.

Guattari eleva a subjetividade a uma qualidade de matéria-prima de toda e qualquer produção, concernente à produção de poder para controlar relações sociais. Para ele, existe uma modelização que não é apenas representação, mas uma homogeneização de

¹¹ Nesse sentido, as micropolíticas de resistência se relacionam ao domínio da subjetividade, que começou a aparecer na discussão utópica desde a era burguesa e em Fourier (JAMESON, 2021).

comportamentos, percepção e sensibilidade. Propõe a noção de subjetividade maquinica, industrial, modelada e fabricada, que se constitui através de máquinas que injetam representações para os sujeitos, como a subjetividade das mães, pais e crianças, onde existe um certo parâmetro de como cada um se comporta, percebe e sente o mundo. Guattari e Rolnik (1986, p. 19) dizem que Guattari batizou de micropolítica as estratégias da economia do desejo no campo social. A economia coletiva do desejo é compreendida não apenas como um caso de superestrutura. A produção de subjetividade é a matéria-prima da evolução das forças sociais produtivas em sua forma mais desenvolvida, pois afeta a maneira como os indivíduos percebem o mundo, as formas como acontecem os agenciamentos e as articulações com os tecidos sociais que dão suporte à existência dessas forças produtivas.

Como apontado anteriormente, o capitalismo contemporâneo passou a investir na esfera da reprodução social, ultrapassando os muros das fábricas, assujeitando o tempo dos indivíduos e a vida pessoal por meio de novas modalidades de produção do capital, afetando a maneira como os indivíduos percebem o mundo. A ordem capitalista “[...] incide nas montagens de percepção, de memorização e na modelização das instâncias intrassubjetivas” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 51). A subjetividade é formada, influenciada pela estrutura capitalista que projeta na realidade do mundo e na realidade psíquica esquemas de conduta, gestos, pensamento, sentido, afeto e sentimento. Por isso, Guattari indica que há uma modelização ou serialização da subjetividade, de modo que ocorre uma modelação dos esquemas de percepção do mundo que favorecem a legitimação das relações sociais capitalistas. Assim, cabe às micropolíticas de resistências mobilizar o desejo utópico para a experimentação e fuga dos modelos hegemônicos de percepção de mundo, sobretudo, a construção de novos estilos de vida corporificados, a reconquista ou criação de novos territórios de desejo, espaços comunitários e de liberdade, que salientam a capacidade de combate à repressão nas relações sociais e nas expressões do imaginário (GUATTARI; ROLNIK, 1986; DELEUZE; GUATTARI, 1995; 1996; GUATTARI; NEGRI, 2017).

As micropolíticas de resistência possuem um sentido inventivo e criativo de novas práticas, técnicas, sensorialidades, corporalidades e temporalidades que buscam romper com os modelos dominantes de subjetivação. Nesse sentido, constrói-se o espaço para as singularizações e para novos processos de subjetivação emergirem, suscitando a luta por autonomia dos próprios processos cognitivos e perceptivos, sem necessariamente se emancipar das perspectivas de mundo estratificadas. Como na frase vista em McCulloh (2009, p. 3), “[...] eu não posso pertencer a este mundo se não posso imaginá-lo do meu próprio jeito [...]”, questionando como pertencer a um mundo que rouba possibilidades de imaginar de forma singular e que constrói percepções estigmatizadas de determinados grupos sociais limitando sua capacidade inventiva. Retomar a posse da invenção dos processos perceptivos, cognitivos e de subjetivação, refazer a história e os discursos, são questões que remetem à utopia no contexto atual. Por isso, sublinha-se um conceito de utopia vinculado ao desejo de produção do real, de experimentação de si e de fuga dos modelos hegemônicos de percepção de mundo.

Conforme salientaram Bina, Inch e Pereira (2020), é possível compreender utopia como método heurístico, capaz de incidir sobre a educação do desejo, ensejando práticas

sociais que propiciem experienciar e aprender sobre as possibilidades de vivências alternativas e futuros sustentáveis. Nessa seara, o pensamento político e crítico de Miguel Abensour (1990) auxilia a pensar a utopia heurística como enfrentamento do real e ação ativa e contínua, de autoemancipação e reação às formas de dominação. Segundo Tótora (2020, p. 147), esse autor propõe uma concepção de utopia tendo em vista a distinção entre forças ativas e forças reativas, “[...] como potência afirmativa de combate às forças reativas do ressentimento, de uma consciência infeliz e da negatividade”. O novo espírito utópico, exposto por Abensour (1998), situa-se num horizonte plural, de caráter emancipatório e de permanente resistência contra as dominações e dogmatismos.

A utopia heurística, como enfrentamento do real, também remete a uma educação do desejo que viabilize práticas de desenvolvimento sustentável e possíveis respostas à crise climática e às mudanças socioambientais. Nesse sentido, destacam-se elementos importantes para a tarefa de melhor descrever o Antropoceno, levantada por Tsing (2021), a partir de uma abordagem epistêmica pluralista e não paralisante, visando o envolvimento de diferentes sujeitos, incluindo a agência dos não humanos¹². No intuito de “[...] refazer as mudanças climáticas [...], como objetos de pesquisa [...]” da Antropologia, a autora indica que a descrição acurada do Antropoceno começa com base na pesquisa de campo (TSING, 2021, p. 178). Algumas pesquisas recentes realizadas no Sul do Brasil seguem nessa direção de elucidar o Antropoceno a partir de realidades locais, analisando as potencialidades inventivas que as vivências comunitárias possuem enquanto micropolíticas de resistência, mobilizadoras de novos processos de subjetivação (MORAES, 2019; HÜBNER, 2023).

O trabalho de Hübner (2023) analisou as atualizações do termo utópico com base na investigação empírica de vivências comunitárias situadas no município de Maquiné, RS. Nessa pesquisa, compreendeu-se as vivências comunitárias contemporâneas como micropolíticas de resistência frente à captura dos processos de subjetivação engendrada pelo capitalismo, partindo do pressuposto de que os sujeitos que vivenciam essas experiências mobilizam singularizações, na medida em que buscam, a partir de suas próprias vidas, forjar estilos de vida não hegemônicos. Nesse âmbito, pode-se entender a utopia heurística como uma invenção de outras possibilidades de vida por meio das micropolíticas de resistência, propulsoras de novos processos de subjetivação e de espaços de confrontação às formas de dominação. Como apontado anteriormente, a utopia já não é projetar a construção de um mundo ideal, mas acompanhar como emergem, junto aos sujeitos, novos campos e novas linhas do desejo, enfatizando a interação complementar entre o humano e o não humano e como os significados são produzidos nessa relação cotidiana. O papel heurístico da utopia é exercido pelos impulsos às experimentações da própria existência na relação com os outros, humanos e não humanos, elaborando respostas locais ao reconhecimento dos modos diversos mediante os quais as mudanças climáticas e o capitalismo afetam a diversidade de espécies, territórios e seres humanos de diferentes raças, gêneros, etnias e classes sociais (TSING, 2021). A produção social das utopias contemporâneas acontece em espaços territorializados que instigam vivências comunitárias, experiências coletivas

¹² O ensaio de Anna Tsing (2021), “Antropoceno mais que Humano”, que expõe *insights* sobre o Antropoceno, teve como base o trabalho realizado junto com mais de uma centena de escritores, artistas e acadêmicos durante o projeto digital Feral Atlas, publicado em 2020, pela Stanford University Press. Site de acesso aberto: <https://feralatlas.org/>.

e práticas sustentáveis, e, por isso, novas territorialidades e singularizações que buscam escapar ao discurso do desenvolvimento na atual fase do capitalismo.

4 Considerações Finais

Foram examinadas as atualizações do sentido de utopia no contexto do Antropoceno, com base nas reflexões sobre micropolíticas de resistência propostas por Félix Guattari, tendo em vista que as utopias do século XX, monopolizadas por correntes político-ideológicas, permanecem imersas numa crise de confiança. A ideia da mudança em direção a um mundo ideal, que embalou as utopias do século XX, foi frustrada, e a melancolia apareceu com a consciência de que os conflitos vistos como externos, e que poderiam ser enfrentados e removidos, a partir de um projeto utópico, estavam, na verdade, introjetados nos sujeitos. Nesse sentido, a subjetividade emerge como uma espécie de território em disputa. A crise das utopias modernas foi o fim do “dever ser” das utopias, de como até então se imaginava que elas deveriam ser, dando margem a uma emergente multiplicidade de formas de manifestação do descontentamento com situações de fato, de ordem e de poder. A renovação da temática da utopia no campo das lutas discursivas trouxe atualmente uma multiplicidade de concepções de revolução e luta social, que visam a abalar a suposta universalidade insuperável do capitalismo com reflexões representacionais sobre a Diferença, a alteridade e as possibilidades de sistemas sociais radicalmente diferentes.

Os sentidos atribuídos à utopia são atualizados de acordo com as circunstâncias sócio-históricas, pois o mundo constrói-se continuamente a partir daquilo que seus habitantes fazem. Assim, pode-se apontar que, em certa medida, no início do século XXI, não há proeminência de utopias molares, pautadas por mudanças estruturais, como no século XX, mas sim utopias moleculares. Essas utopias visam à liberação de novas singularidades como meio e conteúdo da revolução, à criação de devires subjetivos integrados aos processos de produção de outros anseios e necessidades, possibilitando a emergência de novas formas de organização para a emancipação do trabalho e exercício da liberdade. Portanto, os sentidos utópicos no Antropoceno se caracterizam por fugir da utopia estratificada, assentada em um único modelo ideal, para pensar outras formas possíveis de habitar o mundo, buscando produzir novas práticas menos danosas à biodiversidade e à vida humana.

A utopia heurística propõe uma educação do desejo, explorando a capacidade inventiva e práticas sociais que promovem a criação de alternativas de existência que podem conduzir a futuros alternativos e sustentáveis. Nesse sentido, indica-se que os sentidos utópicos no Antropoceno relacionam-se às micropolíticas de resistências e aos devires minoritários que criam vias de enfrentamento locais às mudanças climáticas. Uma das características atuais da produção social das utopias são as práticas viáveis que não se pretendem salvacionistas, fantásticas e ilusórias, solução total dos problemas do mundo. A utopia que se mostra concreta pelas vias subterrâneas, baseia-se no que é possível, acessível, minoritário e que explora a organização das conexões e das resistências às capturas da subjetividade, engendradas pelo capitalismo contemporâneo. Assim, no

contexto atual, o papel heurístico da utopia se evidencia por sua capacidade de expandir o debate e as experimentações sobre as possibilidades de outros estilos de viver e de habitar o planeta.

Agradecimentos

@s autor@s agradecem pelo auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a este trabalho.

Referências

- ABENSOUR, Miguel. **O novo espírito utópico**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- ABENSOUR, Miguel. **Democracia contra o Estado – Marx e o momento maquiaveliano**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, Campina Grande, v. XVIII, n. 20, p. 54-57, 1999.
- BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. Paris: French & European Pubns, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BINA, Olivia; INCH, Andy; PEREIRA, Lavínia. Beyond techno-utopia and its discontents: On the role of utopianism and speculative fiction in shaping alternatives to the smart city imaginary. **Futures**, [s.l.], v. 115, 2020.
- BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Trad. Nélio Schneider, Werner Fucks. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.
- COELHO, Teixeira. **O que é utopia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CRUTZEN, Paul J. Geologyofmankind. **Nature**, [s.l.], v. 415, 2002.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro, Florianópolis: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1995. v.1.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1996. v. 3.
- FARIA, Ricardo de Moura. **Utopias do século XX**. Belo Horizonte: Edição do autor, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1966.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FROEHЛИCH, José Marcos; MEDEIROS, Rafael Ferreira. As pesquisas brasileiras sobre comunidades intencionais e ruralidades: notas exploratórias. In: 58º CONGRESSO DA SOBER, SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu, PR. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu, PR, 2020.
- GUATTARI, Félix. NEGRI, Antonio. **As Verdades Nômades**: por novos espaços de liberdade. São Paulo: Autonomia Literária; Editora Politeia, 2017.

- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble**: Making Kin in the Chthulucene. Duke University Press, 2016.
- HARAWAY, D. et al. Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene. **Ethnos**, [s.l.], v. 81, n. 3, p. 535-564, 2016.
- HÜBNER, Jeniffer. **Neoutopismo no Antropoceno**: agenciamentos coletivos e micropolíticas de resistência no Rio Grande do Sul, Brasil. 2023. 140p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2023.
- HÜBNER, Jeniffer; FROEHLICH, José Marcos. O Antropoceno e a perspectiva das Epistemologias Alternativas. In: I SEMINÁRIO INSTITUTO RACIONALIDADES – AS HUMANIDADES NO CONTEMPORÂNEO: UMA APOSTA POLÍTICA NAS DIFERENÇAS. Cachoeirinha(RS) IR, 2021. **Anais** [...]. Cachoeirinha, RS, 2021.
- JAMESON, Fredric. **Arqueologias do futuro**: o desejo chamado utopia e outras ficções científicas. Tradução: Carlos Pissardo. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.
- LUZ, Guilherme Silva; IACHTECHEN, Fabio. Colônia Cecília: a memória de uma Comuna Socialista na obra “Um Amor Anarquista” de Miguel Sanches Neto. **Revista Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, v. 5, Edição Especial, 2018.
- MANNHEIM, Karl. A mentalidade utópica. In: SOUSA, Cidoval Moraes de (org.). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. p. 47-134.
- MCCULLOH, David. Curatorial. **Sight Unseen**: International Photography by Blind Artists. Exhibition on view from may 2 to august 29 at the UCR/California Museum of Photography. University of California, 2009.
- MORAES, Bruno Emilio. **Educação Ambiental Desde Baixo**: o Cotidiano das Comunidades Utópicas. Curitiba: Appris, 2019.
- MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialistas utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.
- STEIN, Ernildo. **Órfãos de Utopia**: a melancolia da esquerda. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.
- TORRES, Sonia. O antropoceno e a antropo-cena pós-humana: narrativas de catástrofe e contaminação. **Ilha Desterro**, Florianópolis, v. 70, n. 2, p. 93-105, 2017.
- TÓTORA, Silvana. Miguel Abensour: um pensamento insurgent. **Poliética**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 138-164, 2020.
- TSING, Anna Lowenhaupt. O Antropoceno mais que Humano. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.
- VEIGA, José Eli. A primeira utopia do Antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 227-246, 2017.
- WEBER, Beatriz Teixeira; FERRAZ, Giovan Sehn. A Construção da Alternativa: Contracultura, Movimento Alternativo e Ecovilas. **PLURA– Revista de Estudos de Religião**, [s.l.], v. 7, p. 405-438, 2016.

Jeniffer Hübner

Antropóloga e Socióloga, Mestra e doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES.

Endereço profissional: Prédio 74A, Centro de Ciências Sociais e Humanas – CCSH, UFSM, Camobi, Santa Maria, RS. CEP: 97105-340.

E-mail: hubnerjeniffer@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0468-2737>

José Marcos Froehlich

Pós-Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Sevilha (Espanha); Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuando como docente permanente no PPG em Extensão Rural e no PPG em Ciências Sociais da UFSM.

Endereço profissional: Prédio 44, Centro de Ciências Rurais – CCR, UFSM, Camobi, Santa Maria, RS. CEP: 97105-340.

E-mail: jose.marcos@ufsm.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6968-8497>

Como referenciar este artigo:

HÜBNER, Jeniffer; FROEHLICH, José Marcos. Os Sentidos Utópicos no Antropoceno: comunidades e micropolíticas de resistência. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e93867, p. 63-79, setembro de 2023.